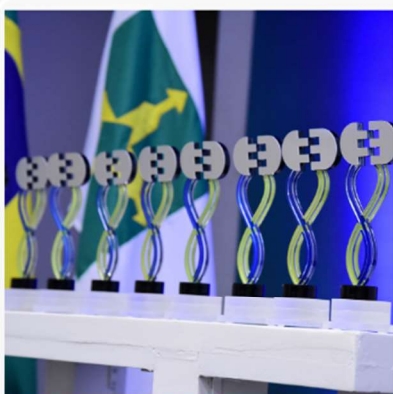
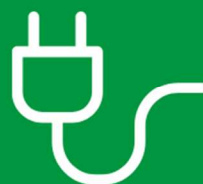
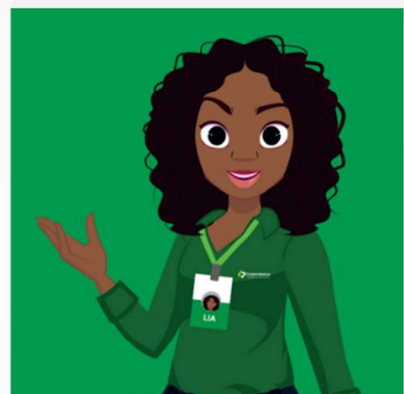


RELATÓRIO 2023

Conselho de administração



Sumário

CARTA DO PRESIDENTE	5
1 DESEMPENHO OPERACIONAL	6
1.1 Distribuição de energia elétrica	6
1.2 Ligações de Consumidores	6
1.3 Comportamento do Mercado	7
1.4 Receita	9
1.5 Número De Consumidores	11
1.6 Tarifas	11
1.7 Investimento Remunerável	12
1.8 Qualidade Do Fornecimento	13
1.9 Atendimento aos Associados e Consumidores	13
1.10 Construções de redes	19
1.11 Serviços Executados	20
Instalações de Transformadores	20
Subestações Rincão e Celesc	21
Loteamentos Melhorias	22
Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	22
Vistoria nas Unidades Consumidoras	22
Plantão 24 horas	22
Análise de Projetos Elétricos	23
Conclusão	23
1.12 Tecnologia da Informação	23
2 Desempenho Econômico-Financeiro	24
2.1 Investimentos	25
2.2 Valor Adicionado	25
2.3 Políticas de Reinvestimentos e Distribuição de Sobras	26
2.4 Composição Acionária	26
3 Gestão	27
3.1 Planejamento Empresarial	27
3.2 Recursos Humanos	27
3.3 Responsabilidade Social	27
3.4 Responsabilidade Ambiental	28
3.5 Concessionária em números	28
5 Planejamentos de Atividades – 2024	30
5.1 Suprimento de Energia	31
5.2 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	31
5.3 Redes de Distribuição de Energia elétrica Alta tensão	31
5.4 Redes de Distribuição de Energia elétrica em Baixa Tensão	32
5.5 Aquisição de Equipamentos	32

6	Agradecimentos.....	33
	Balço Patrimonial Ativo	35
	Balço Patrimonial Passivo.....	36
	Demonstraço das sobras ou perdas	37
	Demonstraço do resultado tributável	38
	Demonstraço das destinaçoes legais e estatutárias.....	39
	Demonstraço das mutaçoes do patrimnio lquido	40
	Demonstraço do fluxo de caixa	41
	Demonstraço do valor adicionado.....	42
	Notas Explicativas às Demonstraçoes financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022	43
1	CONTEXTUAL OPERACIONAL	43
2	DA CONCESSÃO.....	43
3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	43
	A) Base de Mensuraço	44
	B) Estimativas Contábeis	44
4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	45
5	Caixa e Equivalentes de Caixa	56
6	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	56
7	Serviços em curso.....	58
8	Tributos Compensáveis.....	58
9	Almoxarifado Operacional	59
10	Ativos Financeiros Setoriais	60
11	Despesas Pagas Antecipadamente	62
12	Reembolso do Fundo da CDE	63
13	Outros Ativos Circulantes	63
14	Depósitos Judiciais e Cauções	64
15	Tributos Diferidos	64
16	Ativo Indenizável (concessão).....	65
17	Investimentos	66
18	Imobilizado não Vinculado e Concessão	66
19	Intangível	66
20	Fornecedores	69
21	Empréstimo e Financiamentos.....	69
22	Obrigaçoes Sociais Trabalhistas.....	70
23	Encargos Setoriais	71
24	Outros Passivos Circulantes	71
25	Provisões para Litígios	71
26	Obrigaçoes Vinculadas à Concessão	72
27	Patrimnio Lquido.....	73
28	Ingressos/Receitas	75
29	Deduçoes dos ingressos/Receitas	77
30	Ingresso/Receita Operacional Lquida	77

31	Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	78
32	Outros Dispendios/ Despesas Operacionais	79
33	Resultado Financeiro	80
34	Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL	80
35	Participação nos resultados	81
36	Plano de Saúde e Outros Benefícios aos Empregados.....	822
37	Seguros	822
	Parecer do Conselho Fiscal.....	83
	Parecer dos Auditores.....	84

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Aos associados, em cumprimento às disposições legais, estatutárias e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas. Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

O ano de 2023 marcou o início do segundo mandato da diretoria reeleita e foi caracterizado por conquistas significativas e um compromisso renovado com os nossos consumidores e associados.



Reginaldo de Jesus
Presidente

1 DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 43.973 consumidores cativos e 19 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2023, a Cooperaliança registrou um crescimento de 2,42% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWh de 4,88%.

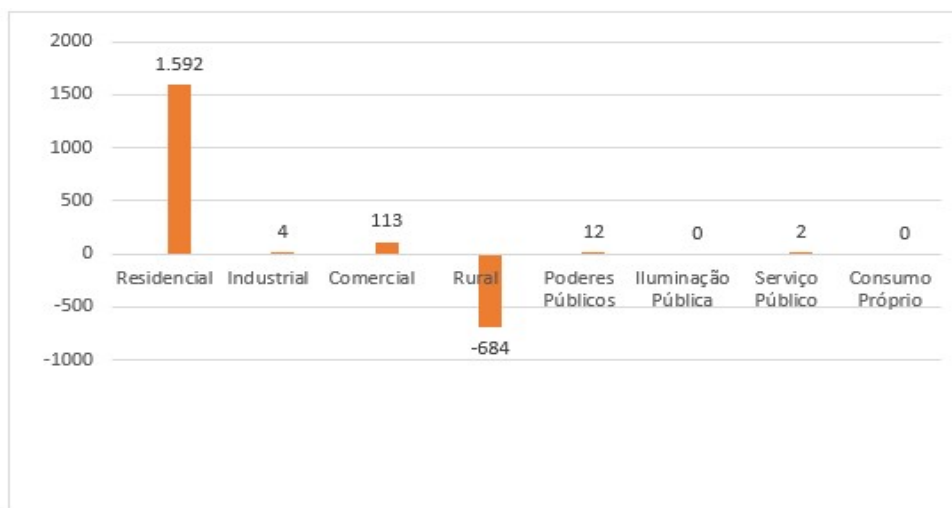
1.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 2,42% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar nos quadros a seguir:

Os quantitativos por classe de consumo estão apresentados na tabela:

Classe	Varição
Residencial	1.602
Industrial	4
Comercial	113
Rural	-684
Poderes Públicos	12
Iluminação Pública	0
Serviço Público	2
Consumo Próprio	0
Total	1.049

Representação gráfica detalha os montantes das ligações por classe de consumo:



Número de Consumidores

Classe	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	38.491	36.889	35.728	34.770	33.275
Industrial	206	202	194	196	184
Comercial	3.226	3.113	2.990	2.829	2.641
Rural	1.780	2.464	2.508	2.526	2.655
Poderes Públicos	241	229	197	214	198
Iluminação Pública	4	4	4	4	4
Serviço Público	39	37	34	34	33
Consumo Próprio	5	5	5	5	5
Total	43.992	42.943	41.660	40.578	38.995
Varição	2,44%	3,08%	2,67%	4,06%	2,48%

1.3 Comportamento do Mercado

A energia injetada no sistema da Cooperaliança em 2023 correspondeu a 291.430 mil MWh, sendo que destes, 5.181 mil MWh são referentes aos sistemas de geração distribuída. Em comparação ao ano anterior a energia injetada teve um crescimento de 6,26%.

A energia distribuída correspondeu a 269.523 mil MWh. Os segmentos de mercado que mais contribuíram para esses resultados foram referentes as classes residencial, com aumento de 10,85% no consumo e a classe comercial, com aumento de 7,57%.

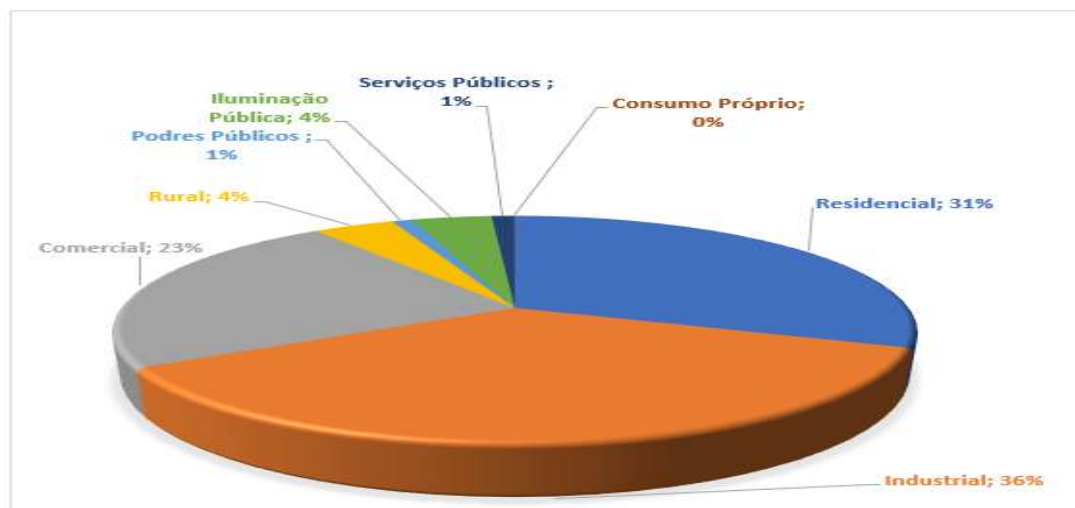
As perdas na distribuição de energia resultaram no valor de 21.907 mil MWh ao qual equivaleu a 7,52%.

Balço Energético em MWh	Exercício			
	2023	2022	2021	2020
Total de Energia Elétrica Adquirida	286.249	271.595	261.647	244.136
Total de energia Elétrica Distribuída	185.477	198.092	200.114	194.462
Consumo Livre	84.046	58.889	44.366	29.634
Microgeração	5.182	2.649	1.058	401
Perdas	21.908	17.262	18.224	20.441
Percentual de perdas	7,65%	6,36%	6,97%	8,37%

Distribuição por Classe de Consumo

Consumo por Classe de Consumidores - EM MWh				
Classe	2023	2022	2021	2020
Residencial	82.309	74.249	71.229	68.388
Industrial	97.501	95.504	92.131	83.890
Comercial	62.962	58.531	52.237	43.790
Rural	10.565	11.938	12.222	11.841
Podres Públicos	2.752	2.067	1.794	1.409
Iluminação Pública	10.395	11.655	12.149	11.931
Serviços Públicos	2.916	2.916	2.602	2.716
Consumo Próprio	124	120	116	130
TOTAL	269.523	256.981	244.480	224.095
Varição	4,88	5,11	9,10	1,67

O gráfico a seguir demonstra os percentuais do consumo em MWh por classe de consumo:

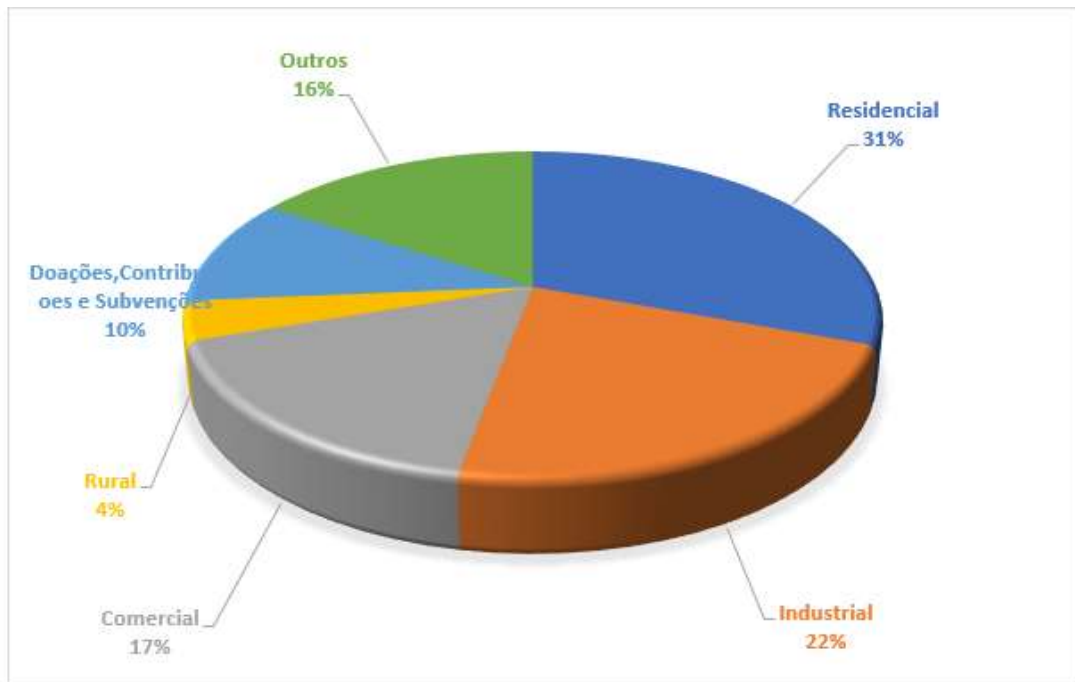


1.4 Receita

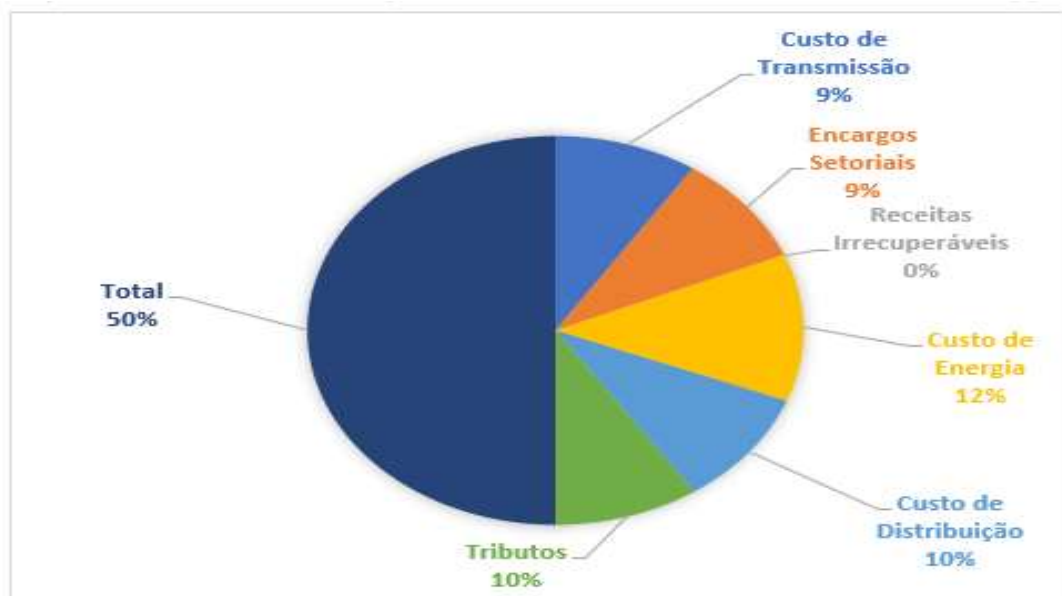
A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 127.386 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe	2023		2022		%
Residencial	43%	54.556	43%	52.498	3,92
Industrial	31%	39.667	40%	48.720	(18,58)
Comercial	24%	29.985	28%	33.964	(11,72)
Rural	5%	6.893	6%	7.731	(10,84)
Doações, Contribuições e Subvenções	15%	18.789	11%	13.702	37,13
Outros	22%	28.181	14%	17.495	61,08
Impostos e Taxas	-40%	(50.685)	-43%	(52.014)	(2,55)
Total	100%	127.386	100%	122.096	4,33

Receita líquida por classe de consumidores



Abertura da conta de energia com tributos e encargos:



1.5 Número De Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um aumento de 2,44% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	dez/23	dez/22	%
Residencial	38.491	36.889	4,34
Industrial	206	202	1,98
Comercial	3.226	3.113	3,63
Rural	1.780	2.464	(27,76)
Outros	289	275	5,09
Total	43.992	42.943	2,44

1.6 Tarifas

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o Reajuste Tarifário Anual - RTA, de 2023. O resultado dessa revisão chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 1,69% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2023 a 28 de agosto de 2024. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 3.252, de 22 de agosto de 2023, e nota técnica nº 83/2023 – STR/ANEEL.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWH		
Classe	Exercício	
	2023	2021
Residencial	654,83	707,46
Industrial	553,74	612,31
Comercial	597,71	678,17
Rural	615,35	636,2
Poderes Públicos	685,60	765,35
Serviços Públicos	601,77	680,65
Iluminação Públicos	384,15	430,77
Consumo Próprio	670,33	789,63
Média Geral	592,67	649,77

Composição das Tarifas (R\$/MWH)				
Exercício Reaj. 2023	B1	B2	B3	B4a
Encargos Setoriais	123,24	123,24	123,24	67,78
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	86,54	86,54	86,54	47,60
CFURH	0,00	0,00	0,00	0,00
ESS/EER	19,62	19,62	19,62	10,79
PROINFA	10,22	10,22	10,22	5,62
ONS	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D	6,10	6,10	6,10	3,35
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00
TSFEE	0,76	0,76	0,76	0,42
Custos/despesas	469,72	469,72	469,72	258,36
Energia / Transporte	300,34	300,34	300,34	165,2
Custo de Distribuição (fio B)	169,38	169,38	169,38	93,16
Tarifa Bruta da Concessionária (*)	592,96	592,96	592,96	326,14

1.7 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

1.8 Qualidade Do Fornecimento

Os dois indicadores principais apurados pela Cooperaliança, são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto Cooperaliança e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano. O TMA, é o tempo médio de atendimento a um comunicado de falha.

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	TMA - Tempo Médio de Atendimento (Horas)
2019	5,70	5,43	0,74
2020	4,08	4,08	0,64
2021	4,40	4,13	0,66
2022	4,75	4,23	0,66
2023	5,50	5,13	0,74

1.9 Atendimento aos Associados e Consumidores

Ao setor comercial da Cooperaliança é atribuído o atendimento ao associado e consumidor, onde possui uma equipe altamente treinada para a

receber as demandas do associado e consumidor e conseqüentemente orientar, registrar, encaminhar e /ou solucionar, podendo ser classificada como uma demanda de informação; registro de solicitações de serviços, reclamações, elogios, esclarecimento de dúvidas, denúncias de irregularidade e serviços emergenciais.

O associado e consumidor da Cooperalliança hoje, tem à disposição diversos canais de atendimento disponíveis para o registro da sua demanda, sendo o atendimento de origem presencial, Tele atendimento, on line, através da Agencia Virtual, e chatboot LIA, atendimento via plataforma whatsapp. Também destacamos o envio da fatura por e-mail, onde o consumidor opta em não receber mais a fatura de forma física, somente por meio digital.

Optando por atendimento presencial, o associado e consumidor tem a disposição 3 agencias de atendimento comercial localizadas na sede da Cooperalliança, situado a Rua Ipiranga, nº 333, Centro de Içara, SC, que permanece em funcionamento durante os horários, das 7h45min às 18 horas; também no município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, nº148, Zona Norte com horário de atendimento das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas; e no município de Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SN°, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

Outra forma de atendimento é através do Tele atendimento da Cooperalliança que funciona 24 horas através do número 0800 600 30 30, de forma gratuita. Durante o horário comercial são registrados e realizados atendimentos emergenciais e os serviços comerciais, citando como exemplo registro de solicitações de serviços, orientações, informações, dúvidas sobre fatura e consumo de energia entre outras, sugestões, reclamações. Após o horário comercial, o atendimento é apenas para solicitações de serviços emergenciais com atendimentos relacionados à interrupção de energia, fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperalliança possui, também, a Agência Virtual, uma opção de atendimento on line, onde o associado e consumidor busca o atendimento

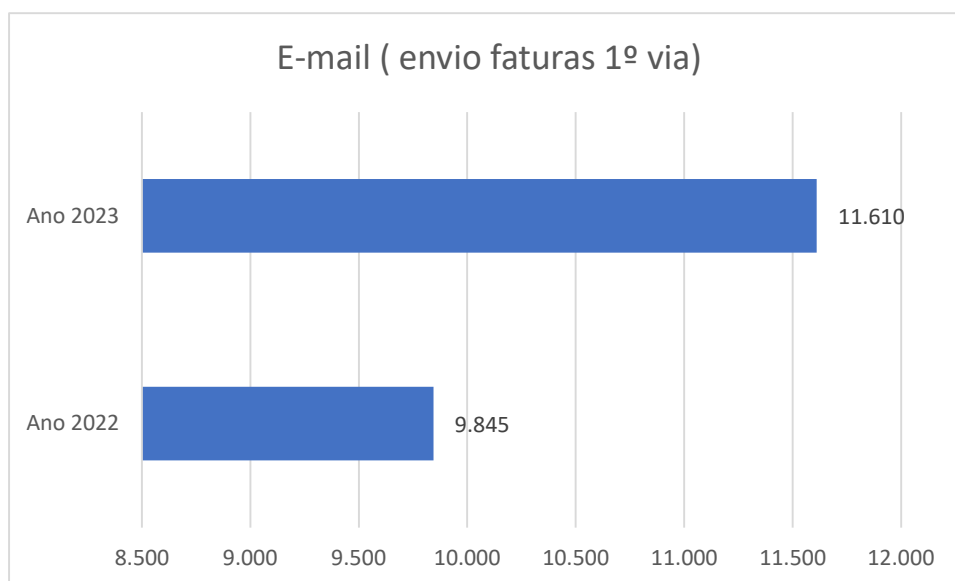
comercial da distribuidora sem precisar sair de casa. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Neste canal de atendimento o associado e consumidor encontra disponível o histórico de consumo, faturas em aberto, emissão da 2ª via de fatura, solicitação de serviços, esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações, atualização de cadastro entre outros.

Desde janeiro de 2022, a Cooperaliança implantou mais um canal de atendimento digital disponível ao associado e consumidor, a LIA, assistente virtual por meio do whatsapp através do número 3461 3200. O chatbot utiliza inteligência artificial para a realização de diversos serviços como a emissão da segunda via, consulta de débitos, falta de energia ou falar com nossos atendentes, semelhante ao tele atendimento e o atendimento presencial.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, disponível durante o atendimento em horário comercial e também está cadastrada no site www.consumidor.gov.br em atendimento a Resolução Aneel 1000/2021.

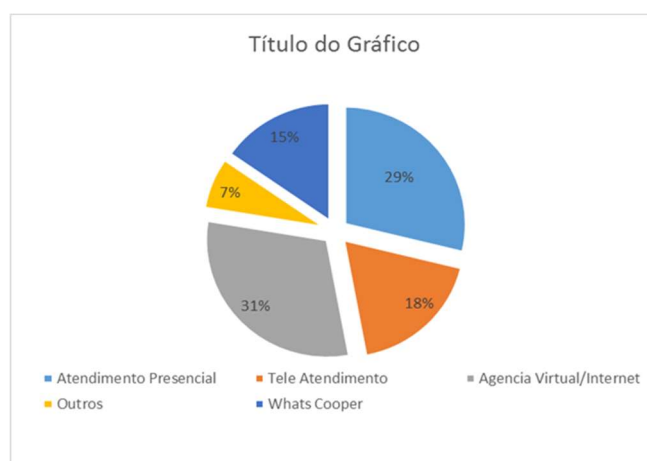
Destacamos para o ano de 2023, a crescente busca do associado e consumidor para o envio das faturas de consumo de energia elétrica por e-mail. Esta opção de canal de atendimento é específico para aqueles que desejam não mais receber a fatura em sua unidade consumidora de forma física, ou seja, sem papel, somente de forma digital pelo endereço eletrônico, por ele informado. Em média foram enviadas mensalmente em **2023, 11.610** faturas por e mail, um crescimento de 18% comparado ao ano de 2022.

	Ano 2022	Ano 2023	%
E-mail (envio faturas 1ª via)	9.845	11.610	18%



A mais de 3 anos, a fatura de energia é oferecida no formato boleto bancário para que o cliente possa efetuar o pagamento em qualquer agência e correspondente bancário ou por meios eletrônicos.

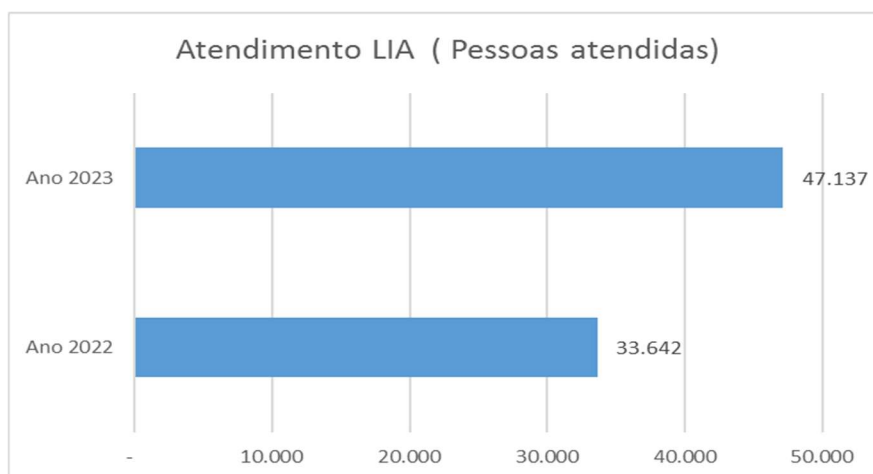
No ano de 2023, os canais de atendimento registraram 307.083 atendimentos, distribuídos em atendimento presencial: 88.444, Agencia Virtual/Internet 93.869, Tele Atendimento 56.026, outros atendimentos 21.607.



Total Atendimento	307.083	%
Atendimento Presencial	88.444	28,80
Tele Atendimento	56.026	18,24
Agência Virtual/Internet	93.869	30,57
Outros	21.607	7,04
Whats Cooper	47.137	15,35

Destaque para o canal de atendimento via WhatsApp LIA, que em 2023 registrou 47.137 atendimentos, crescimento anual médio de 40% em comparativo ao ano de 2022.

	Ano 2022	Ano 2023	%
Atendimento LIA (Pessoas atendidas)	33.642	47.137	40%



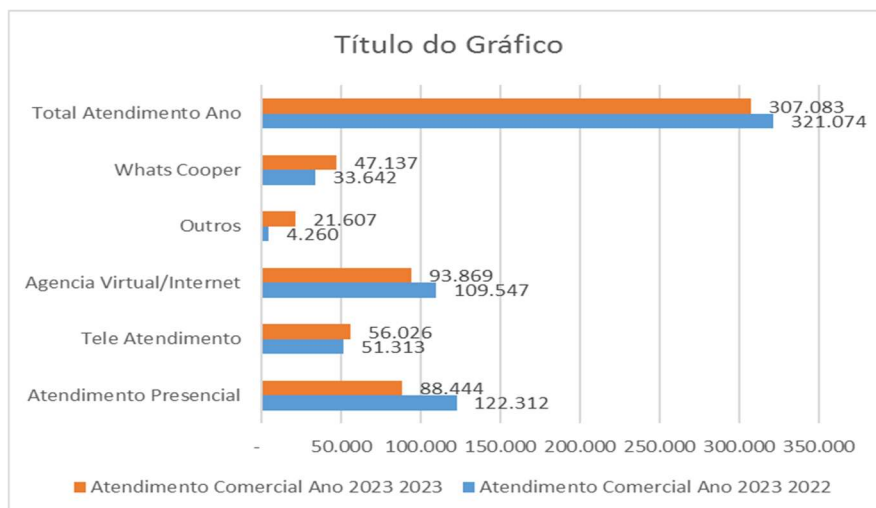
Continuamos a observar no ano de 2023 uma migração natural dos associados e consumidores aos canais de atendimento digitais, porém com destaque ao atendimento via whatsapp, pelo chatboot LIA, com acréscimo de 40% de crescimento e ao Tele Atendimento com crescimento de 9,18%.

A agência virtual, mesmo apresentando decréscimo no total de números de atendimento no ano de 2023, ainda é o canal de atendimento mais procurado, superior ao atendimento presencial.

Com a implantação das novas tipologias de Atendimento no ano de 2023 em cumprimento a Resolução 2.992 Aneel de 07 de Dezembro de 2021 e a nova metodologia de registros de demandas pelo SAC – Serviço de atendimento ao Consumidor definido pela Aneel – Agencia Nacional de Energia Elétrica, onde define se a classificação das origens da demandas do consumidor, ou seja, qual canal o consumidor nos procurou para ser atendido refletiu no aumento significativa do canal de atendimento outros, devido a inexistência de alguns canais de atendimento que faltam ser incluídos no software que usamos atualmente.

Analisando as informações referente ao ano 2022 e 2023, no montante total de atendimentos comerciais, obtivemos uma redução de 4,36 % que em nossa era de atuação é vista como um dado positivo, pois demonstra que os investimentos realizados pela Cooperaliança, seja nas redes de distribuição, na área de comunicação, nos treinamentos, em tecnologia, frotas etc. estão garantido a eficiência de nossos trabalhos, a resposta imediata das demandas aos nossos associados e consumidores , garantido a satisfação de todos e a qualidade dos serviços prestados pela Cooperaliança.

Atendimento Comercial Ano 2023			
	2022	2023	%
Atendimento Presencial	122.312	88.444	-27,69%
Tele Atendimento	51.313	56.026	9,18%
Agencia Virtual/Internet	109.547	93.869	-14,31%
Outros	4.260	21.607	407,21%
Whats Cooper	33.642	47.137	40,11%
Total Atendimento Ano	321.074	307.083	-4,36%



1.10 Construções de redes

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 9,33 km de Alta Tensão e 19,29 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 11,9 km de Alta Tensão e 27,5 km de Baixa Tensão.

B. Rincão	Redes Novas em Metros		Melhorias em Metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Rincão	4.700	370	5.410	1.470
Vila Suíça	1.890	-	2.200	-
Balneário Barra Velha	140	-	710	-
Pedreiras	-	-	370	160
Lagoa dos Faxinal	1.870	550	90	120
Lagoa dos Freitas	-	120	310	-
Lagoa dos Esteves	1.850	1.060	90	400
Terra Firme	-	-	450	450
Total em Metros	10.450	2.100	9.630	2.600

Jaguaruna	Redes Novas em Metros		Melhorias em Metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneária Esplanada	500	330	1.780	590
Balneário Torneiro	40	100	230	-
Linha Carioca	120	-	590	490
Arroio da Cruz	290	-	135	135
Total em Metros	950	430	2.735	1.215

Içara	Redes Novas em Metros		Melhorias em Metros	
	Localidades	B.T	A.T	B.T
Poço 08	-	-	50	50
Nossa Senhora de Fatima	-	-	280	160
Jaqueline	40	-	340	90
Lombas Pedreiras	290	600	1.500	270
Santa Cruz	340	-	440	440
Boa Vista	870	720	660	80
Sanga Funda	465	180	1.630	1.380
Linha Esperança	1.470	-	280	200
Linha Pasqualine	-	-	45	340
Liri	-	110	525	-
Vila São Pedro	-	-	90	90
Raichask	-	-	80	80
Espigão	-	640	320	-
Rio Acima	320	-	270	270
Linha Três Ribeirões	955	215	90	90
Cristo Rei	60	-	220	60
Centenário	90	-	-	-
Coqueiros	525	350	-	-
3ª Linha	-	200	410	-
2ª Linha	80	-	40	-
Vila Nova	150	100	810	180
Jardim Silvana	-	240	120	-
Jardim Elizabete	40	280	180	80
Jardim Pinheiro	-	-	80	80
Capri	-	-	40	-
Centro	120	360	1.170	370
Esplanada	85	155	650	800
Linha Santa Cruz	-	680	100	-
Linha do Meio	130	-	-	-
Primeiro de Maio	85	160	280	120
Ponta do Mato	380	320	920	120
Barracão	-	-	130	180
Barreira	-	210	-	-
Vila São José	100	30	610	430
Linha Zilli	55	-	-	-
Rio dos Anjos	395	-	290	180
Rio dos Porcos Sul	700	70	350	655
Rio dos Porcos Norte	-	-	370	320
Vila Alvorada	80	800	370	340
São Rafael	-	300	455	-
Canal do Norte	-	-	560	520
Corda Bamba	40	-	-	110
Tereza Cristina	30	80	380	-
Total em Metros	7.895	6.800	15.135	8.085

1.11 Serviços Executados

Instalações de Transformadores

No período foram instalados 47 novos transformadores e ampliados outros 32 totalizando 79 transformadores, aumentando a carga instalada do sistema em 4,66 MVA.

Bal. Rincão	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Balneário Rincão	3-112,5, 3-45, 3-75	3-75 p/ 3-112,5
Lagoa dos Faxinal	3-75	1-25 P/ 3-30
Lagoa dos Freitas	3-75, 3-75	3-30 p-3-75, 3-45 p/ 3-75
Lagoa dos Esteves	3-45	
Pedreiras	3-45	3-45 p/ 3-75
Balneário Barra Velha		3-75 p/ 3-112,5
Total - Potência	07 transformadores – 472,5kVA	06 transformadores–185kVA

Jaguaruna	Implantados (KVA)	Ampliados (kVA)
Arroio da Cruz		3-30 P/ 3-45, 3-15 p/ 3-30
Balneário Torneiro	3-45	3-30 p/ 3-45
Balneário Esplanada	3-30, 3-112,5	
Linha Carioca		3-45 p/ 3-75
Total - Potência	03 transformadores – 187,5kVA	4 transformadores – 75kVA

Içara	Implantados (KVA)	Ampliados (kVA)
Centro	3-75, 3-45, 3-75, 3-150, 3-75	3-45 p/ 3-75, 3-112,5 p/ 3-150
Boa Vista	3-75	1-15 p/ 1-25, 3-30 p/ 3-45, 3-45 p/ 3-75, 3-30 p/ 3-45
Barreira	3-45, 3-45	
Jardim Elizabete	3-75, 3-45	
Jardim Silvana	3-30	3-45 p/ 3-75
Cristo Rei		3-30 p/ 3-45, 3-45 p/ 3-75
Santa Cruz	3-75, 3-75, 3-75	
Primeiro de Maio	3-112,5, 3-75	
Ponta do Mato	3-75	3-30 p/ 3-45, 3-30 p/ 3-45
2ª Linha	3-30, 3-45, 3-45	3-45 p/ 3-112,5
3ª Linha	3-112,5	
Linha Três Ribeirões	3-30, 3-300	
Vila Nova	3-112,5	
Coqueiros	3-30	
Vila São José	3-112,5, 3-30, 3-112,5	3-30 p/ 3-45
Vila Alvorada		1-10 p/ 3-30
Vila São Pedro		3-30 p/ 3-45
Raichask		3-30 p/ 3-75
Esplanada	3-30, 3-30	3-30 p/ 3-45
Rio dos Porcos Sul	3-225, 2-225	
Liri	3-112,5, 3-45, 3-112,5	3-75 p/ 3-112,5, 3-45 p/ 3-75, 3-75 p/ 3-150, 3-45 p/ 3-112,5
Lombas Pedreiras	3-45	3-45 p/ 3-75
Tereza Cristina	3-75	
Total - Potência	37 transformadores 3082,5kVA	22 transformadores–660kVA

Subestações Rincão e Celesc

A Subestação Rincão teve demanda máxima de 32 MW no período do verão com as entradas das cargas dos veranistas, sendo que na Subestação Celesc demanda máxima foi de 29 MW, totalizando uma carga de 61 MW em todo sistema de distribuição da Cooperaliança.

Loteamentos Melhorias

Obras de melhorias com ampliação de cargas, padronizações de novas estruturas, utilização de condutores multiplexados e divisões de circuitos.

Verificações de carregamentos dos transformadores, com instalações de analisadores de energia elétrica, possibilitando análise das curvas de cargas.

Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperalliança é constituído de 13 alimentadores sendo que 08 oriundos da Subestação Rincão e os demais da Subestação Celesc, com pontos de interligações entre os mesmos para transferência de cargas e na recomposição do sistema.

As obras de interligações entres os alimentadores, proporcionam uma maior rapidez na recomposição do sistema de distribuição de energia.

Melhorando os índices de qualidade e continuidade, evitando as faltas de energia elétrica.

Também foram instalados religadores de proteção do sistema de distribuição para evitar falhas, juntamente com sistema supervisorio de controle da SE Rincão, com supervisão da Central de Operação e Distribuição.

O faturamento do grupo "A", possui sistema de tele medição, para fechamento da fatura de energia.

Vistoria nas Unidades Consumidoras

Realizamos 6.168 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas comerciais no sistema de distribuição

Plantão 24 horas

A Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 3.313 chamadas de diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Análise de Projetos Elétricos

Neste período foram analisados 319 projetos sendo, 284 residenciais, 23 comerciais, 05 indústrias e 07 loteamentos.

Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas conforme norma NR-10.

Conclusão

O sistema de distribuição de energia elétrica, apresentou uma carga bem distribuída nos alimentadores das regiões litorâneas e rurais.

Os alimentadores da Subestação Celesc no Bairro Jaqueline em Içara, apresentam carregamento alto em três dos cinco desta subestação, também não temos mais possibilidade de ampliação de cargas deste ponto.

As demandas máximas de energia ocorreram no período de verão, com as entradas das cargas dos veranistas.

A ampliação da Subestação Rincão proporcionou uma maior confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica, proporcionando uma maior agilidade na recomposição do sistema de distribuição e transferência de cargas.

Também foram realizadas melhorias no sistema de distribuição com divisão de circuitos e instalações de novos transformadores de distribuição.

1.12 Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Visando sempre a melhoria de suas tecnologias de informação a Cooperaliança investiu no ano de **2023 R\$ 42 mil** em novas equipamentos de informática.

	2023	2022
Descrição	Valor Investido	Valor Investido
Computadores	39	45
Infraestrutura e outros equipamentos	3	24
Lições		8
TOTAL	42	76

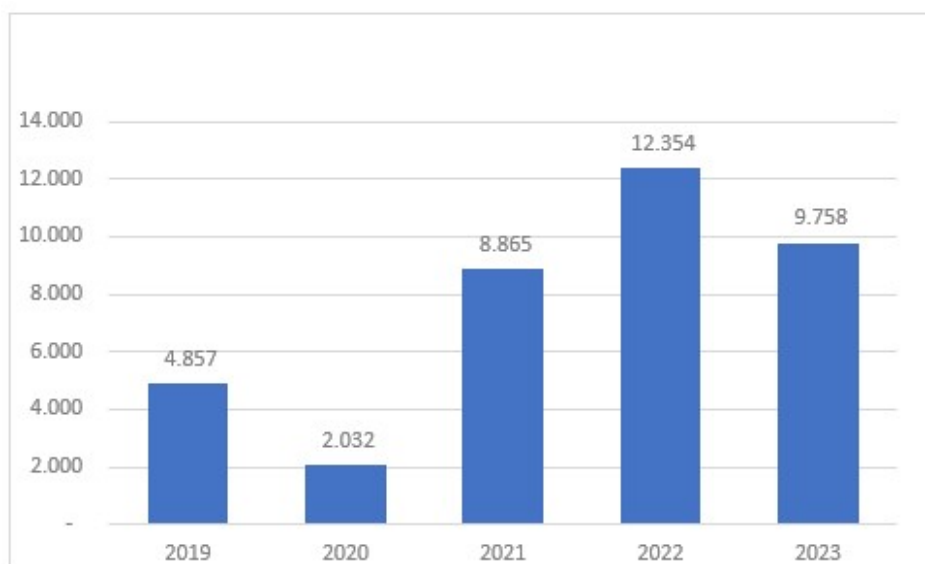
2 Desempenho Econômico-Financeiro

A Sobra de 2023 do exercício foram de R\$ 9.758 mil, contra R\$ 12.354 mil de 2022 o que representou uma redução de (21,01)%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2023, R\$ 127.386 mil, enquanto em 2022 o resultado foi de R\$ 122.096 mil, representando um aumento de 4,33%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2023 foi de 80.923 mil contra 74.658 mil em 2022 representando um aumento de 8,39%.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



2.1 Investimentos

Em 2023, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 12.347 mil, isso representou um crescimento de 13,15% em relação a 2022, como pode ser observado no quadro a seguir:

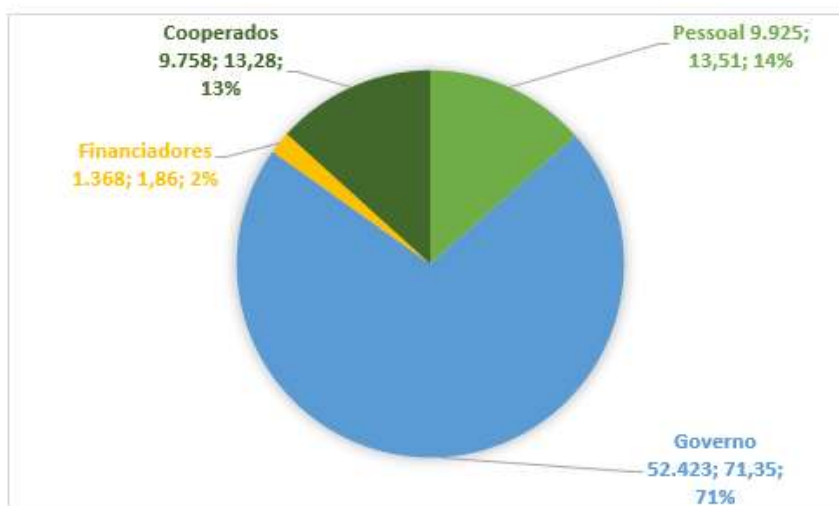
	2023	2022	%
Obras de Distribuição	9.815	10.215	-3,92%
Subestação 69 Kv	-	-	-
Instalações Gerais	3	113	-97,65%
Veículos	2.529	581	335,32%
Intangível	0	3	-100,00%
Total	12.347	10.912	13,15%

2.2 Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 73.474mil, representando 41,19% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2023 - em milhares de R\$		
Distribuição	Valor	%
Pessoal	9.925	13,51
Governo	52.423	71,35
Financiadores	1.368	1,86
Cooperados	9.758	13,28
TOTAL	73.474	100

Representação gráfica da DVA – Demonstração do valor Adicionado



2.3 Políticas de Reinvestimentos e Distribuição de Sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.4 Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da concessionária era de R\$2.166 milhões, composto por 2.166.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII

Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas

subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

Composição das quotas do capital social

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2022	49.560	2.032
Total de associados em Dez/2023	52.178	2.166

3 Gestão

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2023 a concessionária investiu R\$ 65 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

Pensando na qualidade do fornecimento de energia, sem interrupções, a poda da vegetação é de suma importância. Para evitar problemas, a prevenção é o melhor caminho. Pensando nisso a Cooperaliança dispõe de uma equipe especializada em poda para realizar este serviço com segurança.

3.5 Concessionária em números

Atendimento

Atendimento	2023	2022	%
Número de Consumidores	43.992	42.943	2,44
Número de empregados	119	115	3,48
Número de Consumidores por empregados	370	373	-0,80
Número de postos de atendimento	4	4	0,00

Mercado

Mercado	2023	2022	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	61,40	61,00	0,66
Distribuição direta (GWH)	269,52	256,92	4,90
Consumo residencial médio (MWH/ano)	2.138	2.013	6,21
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	592,67	649,77	-8,79
Residencial	654,83	707,46	-7,44
Industrial	553,74	612,31	-9,57
Comercial	597,71	678,17	-11,86
Rural	615,35	636,20	-3,28
Poder Público	685,60	765,35	-10,42
Serviços Públicos	601,77	680,65	-11,59
Iluminação Pública	384,15	430,77	-10,82
Consumo próprio	670,33	789,63	-15,11
DEC (horas)	5,50	4,75	15,79
FEC (nº de Interrupções)	5,13	4,23	21,28

Dados Operacionais

Dados Operacionais	2023	2022	%
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição AT/BT (Km)	1.553	1.533	1,30
Linha de distribuição em 69 KV (Km)	8,37	8,37	-
Capacidade instalada (MVA)	164	156	5,13

Dados Financeiros

Dados Financeiros	2023	2022	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	178.071	173.461	2,66
Receita operacional líquida (R\$ mil)	128.386	122.096	5,15
Margem operacional do serviço líquida (%)	72,10	70,39	2,43
Lucro líquido (R\$ mil)	9.758	12.354	-21,01
Lucro líquido por mil cotas	9.758	12.354	-21,01
Patrimônio líquido (R\$ mil)	70.525	62.819	12,27
Valor do patrimonial por cota (R\$)	70.525	62.819	12,27
Rentabilidade do patrimônio líquido(%)	13,84	19,67	-29,64
Endividamento do patrimônio Líquido (%)	66,82	75,55	-11,55
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

Indicadores de Desempenho

Indicadores de Performace	2023	2022	%
Salário Médio dos Funcionários	5.361	5.154	4,02
Comprada por Funcionário (MWH)	2.265	2.235	1,34
Comprada por Consumidor (MWH)	6	5,98	2,34

5 Planejamntos de Atividades – 2024

O sistema de distribuição da Cooperaliança é composto de uma Linha de Transmissão em tensão nominal de 69 KV oriunda da Subestação da Celesc em Içara, atendendo a Subestação Rincão, onde efetuamos o atendimento aos consumidores da Cooperaliança, através dos 8 Alimentadores e outros 5 Alimentadores da Subestação Celesc no bairro Jaqueline em Içara.

A distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é através dos treze alimentadores em tensão nominal de distribuição 13,8 KV, com Demandas contratadas de 18 à 25 MW da SE Celesc e 27 a 30 MW na Subestação Rincão.

Sendo que a Subestação Celesc encontra com sua capacidade de carga no máximo, a Subestação Rincão foi projetada para atendimento das cargas dos Balneários e também ao crescimento das regiões litorâneas e não devemos esgotar a capacidade de carga, portanto devemos viabilizar construção de uma nova Subestação para dividir as cargas das subestações, garantindo o crescimento do mercado.

A nova Subestação da Cooperaliança deverá ser projetada no centro de cargas com fácil saída dos alimentadores, onde vai proporcionar uma maior flexibilidade na transferência de cargas entre as Subestações, atendendo ao mercado nos próximos 30 anos, também possibilitando uma recomposição do sistema de distribuição em caso de emergência.

Devemos agilizar as obras da terceira etapa da ampliação Subestação Rincão, com ampliação dos barramentos de 13,8 KV para novos Bay's de saída dos alimentadores.

Nos centros urbanos e bairros o sistema de distribuição primário tem que ser substituído para ampliar a capacidade de cargas.

5.1 Suprimento de Energia

A Cooperaliança contratada energia através de leilão no mercado livre recebendo toda energia do sistema de transmissão da Celesc.

5.2 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica.

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por treze alimentadores com extensão de 1.553 km de extensão, divididos em 1.794 circuitos de baixa tensão, formando o sistema de distribuição de energia elétrica com 1.553 km de extensão divididos em 1.794 circuitos.

Com o crescimento da demanda de energia elétrica, devemos substituir os condutores das redes mais antigas dos alimentadores, aumentando a capacidade de carregamento de cargas do sistema de distribuição.

5.3 Redes de Distribuição de Energia elétrica Alta tensão

A distribuição de energia elétrica dos alimentadores, com novas estruturas de rede e substituição de condutores e ampliação de cargas.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Subestação	Ampliação dos Alimentadores	2.000	Ampliação de Cargas
2	Subestação	Interligação de Novos Empreendimentos	700	Ampliação de Cargas
3	Subestação	interligações e troca de Condutores	1.800	Ampliação de Cargas
	Total		4.500	

5.4 Redes de Distribuição de Energia elétrica em Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE's	Dividir 40 Circuitos elétricos nas redes de baixa tensão	1.600	Instalações de novos Transformadores
2	SE's	Manutenção do sistema elétrico de distribuição	1.500	Manutenções corretivas e preventivas
3	SE's	Ampliações e troca de Condutores nos bairros	1.800	Ampliação e recomdutoramentos
4	SE's	Melhorias do sistema elétrico de distriuição	1.500	Manutenções corretivas e preventivas
5	SE's	Sistema de medição e tele comandos	500	Sistema Tele Medições
Total			6.900	

5.5 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para ligações de novos consumidores, ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
100	Transformadores	1.500	Atender ao Aumento de Carga
1.700	Medidores de Energia	800	Atender ao Crescimento de Mercado
600	Sistemas de Medição Inteligente para o Grupo B	1.100	Criação de Rotas de leituras Automatizadas
2	Bancos de Reguladores de Tenão Monofásicos	700	Qualidade na Energia Distribuida
Total		4.100	

Total dos investimentos: R\$ 15.500.000,00 (Quinze milhões e quinhentos mil de reais)

6 Agradecimentos

Este ano marcou o início do segundo mandato da diretoria, reeleita pelos associados, e foi caracterizado por conquistas significativas e um compromisso renovado com os nossos consumidores e associados. Gostaria de expressar meus profundos agradecimentos ao vice-presidente, Paulo da Silva, o secretário Cleber Viana, e os conselheiros Henrique Guglielmi, Pedro Paulo Gonçalves e Samuel Goulart Baldissera, que desempenharam um papel fundamental ao longo do ano.

Agradeço aos colaboradores pela dedicação e excelência, que contribuíram diretamente para o sucesso alcançado em diversas áreas. E por último, estendo meus agradecimentos ao Conselho Fiscal e aos Delegados junto à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (Fecoerusc) pelo trabalho excepcional e pela vigilância constante na manutenção dos padrões de transparência e eficiência em nossa gestão.

Em 2023, fortalecemos ainda mais nossa relação com os associados, buscando ativamente formas de colaborar com a comunidade. Participamos de projetos esportivos, educacionais e de saúde, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar coletivo.

Na área de infraestrutura, realizamos investimentos significativos em nossas redes de energia. A aquisição de 13 religadores automáticos e a implantação de uma banca de reguladores foram passos importantes para melhorar a confiabilidade e a eficiência do nosso sistema. Além disso, é com satisfação que informo que obtivemos um dos menores percentuais de reajuste tarifário do Brasil, resultado da atuação estratégica da Cooperaliança no leilão promovido em julho de 2020.

Essa conquista reflete nosso compromisso contínuo em buscar uma tarifa mais justa para nossos associados. Todo o trabalho realizado foi reconhecido pelos

consumidores, culminando na conquista do Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor pela segunda vez consecutiva.

Agradeço a confiança depositada em nossa gestão e reafirmo o compromisso da Cooperaliança em continuar trabalhando para proporcionar serviços de alta qualidade. Juntos, enfrentamos desafios e construímos um caminho sólido para o futuro. Que o próximo ano seja repleto de conquistas e crescimento para todos nós.



Reginaldo de Jesus
Presidente

Balço Patrimonial Ativo

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ: 83.647.990/0001-81
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2023	2022
<u>Circulante</u>		<u>37.498</u>	<u>34.606</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	4.450	629
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	24.996	20.685
Serviços em Curso	7	101	1.000
Tributos Compensáveis	8	734	890
Almoxarifado Operacional	9	939	489
Ativos Financeiros Setoriais	10	3.247	6.737
Despesas Pagas Antecipadamente	11	9	61
Reembolso do Fundo da CDE	12	2.099	2.978
Outros Ativos Circulantes	13	922	1.139
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>80.153</u>	<u>75.670</u>
<u>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>7.515</u>	<u>7.390</u>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	1.406	1.406
Tributos Compensáveis	8	442	385
Depósitos Judiciais e Cauções	14	53	62
Tributos Diferidos	15	94	316
Outros Ativos não Circulantes	13	545	374
Ativo Indenizável (Concessão)	16	6.381	4.846
INVESTIMENTOS	17	2.139	2.131
IMOBILIZADO NÃO VINCULADO A CONCESSÃO	18	18	20
INTANGÍVEL	19	70.481	66.129
TOTAL DO ATIVO		117.651	110.276

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Balço Patrimonial Passivo

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NOTA	2023	2022
<u>Circulante</u>		31.851	30.994
Fornecedores	20	12.484	10.896
Empréstimos e Financiamentos	21	1.718	2.110
Obrigações Sociais Trabalhistas	22	1.592	1.472
Tributos	8	2.092	1.351
Encargos Setoriais	23	3.714	6.137
Passivos Financeiros Setoriais	10	6.896	4.910
Outros Passivos Circulantes	24	3.355	4.118
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		15.274	16.463
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>		15.274	16.463
Empréstimos e Financiamentos	21	3.824	4.973
Provisões para Litígios	25	1.510	2.277
Obrigações Vinculadas à Concessão	26	9.940	9.214
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	27	70.525	62.819
Capital Social		2.166	2.032
Reservas de Capital		873	873
Ajuste de Avaliação Patrimonial		3.900	4.126
Reserva Legal		11.039	10.123
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social		1.262	2.003
Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição		46.864	38.162
Reserva para Geração de Energia		1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social		67	228
Sobras e Disposição da AGO		3.205	4.124
TOTAL DO PASSIVO		117.651	110.276

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração das Sobras ou Perdas

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ: 83.647.990/0001-81
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício
(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	2023	2022
INGRESSOS/RECEITAS	28	178.071	173.461
Fornecimento de Energia Elétrica		52.306	72.305
Uso do Sistema de Distribuição		87.759	79.178
Fornecimento não Faturado		(275)	(1.544)
Fornecimento Demais Ativos e Passivos		(520)	115
Fornecimento Diferimento ou Devolução		4.071	(6.861)
Renda da Prestação de Serviços		196	376
Doações, Contribuições e Subvenções		18.789	13.703
Outros Ingressos Operacionais		15.746	16.189
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS/RECEITAS	29	(50.685)	(51.365)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA		(26.286)	(33.493)
ENCARGOS SETORIAIS		(24.400)	(17.871)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	30	127.386	122.096
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	31	(80.923)	(74.658)
Dispêndios com Energia Elétrica Adquirida		(80.033)	(73.956)
Dispêndios Encargos de Transmissão, Conexão		(890)	(702)
Custo de Operação		(33.492)	(31.918)
Pessoal e Administradores		(11.475)	(10.277)
Material		(2.131)	(2.222)
Serviços Terceiros		(3.992)	(4.132)
Depreciação e Amortização		(4.428)	(3.954)
Dispêndios/Despesas de Construção da Infraestrut.		(11.784)	(11.273)
Provisões		318	(61)
SOBRA OU LUCRO BRUTO		12.971	15.520
OUTROS DISPÊNDIOS /DESPESAS OPERACIONAIS	32	(3.651)	(2.757)
Dispêndios/Despesas com Vendas		(439)	(331)
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativas		(799)	(544)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(2.413)	(1.882)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		9.320	12.763
RESULTADO FINANCEIRO	33	625	(123)
Ingressos/Receitas Financeiras		1.993	2.522
Dispêndios/Despesas Financeiras		(1.368)	(2.645)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A:		9.945	12.641
Contribuição Social		(54)	(82)
Imposto de Renda		(127)	(204)
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO	34	9.764	12.354

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração do Resultado Tributável

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ: 83.647.990/0001-81
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
Demonstração do Resultado Tributável 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Ato	Ato Não
		Cooperativo	Cooperativo
INGRESSOS/RECEITAS	178.071	153.494	24.577
Fornecimento de Energia Elétrica	52.306	44.063	8.243
Uso do Sistema de Distribuição	87.759	77.245	10.515
Fornecimento não Faturado	(275)	(192)	(84)
Fornecimento Demais Ativos e Passivos	(520)	(450)	(70)
Fornecimento Diferimento ou Devolução	4.071	3.526	545
Renda da Prestação de Serviços	196	158	38
Doações, Contribuições e Subvenções	18.789	15.892	2.898
Outros Ingressos Operacionais	15.746	13.253	2.493
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS/RECEITAS	(50.685)	(42.940)	(7.745)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA	(26.286)	(21.860)	(4.425)
ENCARGOS SETORIAIS	(24.400)	(21.080)	(3.320)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	127.386	110.553	16.832
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(80.923)	(69.913)	(11.010)
Dispêndios com Energia Elétrica Adquirida	(80.033)	(69.144)	(10.889)
Dispêndios Encargos de Transmissão, Conexão	(890)	(769)	(121)
Custo de Operação	(33.492)	(28.935)	(4.557)
Pessoal e Administradores	(11.475)	(9.914)	(1.561)
Material	(2.131)	(1.841)	(290)
Serviços Terceiros	(3.992)	(3.449)	(543)
Depreciação e Amortização	(4.428)	(3.826)	(602)
Dispêndios/Despesas de Construção da Infraestrut	(11.784)	(10.180)	(1.603)
Proviões	318	275	43
SOBRA OU LUCRO BRUTO	12.971	11.705	1.266
OUTROS DISPÊNDIOS /DESPESAS OPERACIONAIS	(3.651)	(3.154)	(497)
Dispêndios/Despesas com Vendas	(439)	(379)	(60)
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativas	(799)	(690)	(109)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(2.413)	(2.085)	(328)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	9.320	8.551	769
RESULTADO FINANCEIRO	625	540	85
Ingressos/Receitas Financeiras	1.993	1.722	271
Dispêndios/Despesas Financeiras	(1.368)	(1.182)	(186)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A:	9.945	9.091	854
Contribuição Social	(54)		(54)
Imposto de Renda	(127)		(127)
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO	9.764	9.091	673

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
 CNPJ: 83.647.990/0001-81
 Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
 Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023		2022	
	Ato	Ato Não	TOTAL	TOTAL
	Cooperativo	Cooperativo		
SOBRA/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.091	673	9.764	12.354
REALIZAÇÃO DE RESERVAS	67	11	78	505
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				505
BASE PARA DESTINÇÕES	9.158	684	9.842	11.782
FUNDO DE RESERVA LEGAL (10%)	916		916	1.178
FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL - FATES (5%)	458		458	589
FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL - NÃO ASSOCIADOS		684	684	1.077
FUNDO EXP. MANUT. SIST. DE DISTRIBUIÇÃO (50%)	4.579		4.579	5.891
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O	3.205		3.205	4.124

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
 CNPJ: 83.647.990/0001-81
 Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCRO						SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
				FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA PARA GERAÇÃO DE ENERGIA	FUNDO DE EXPANSÃO E MANUT. DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	FUNDO DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DE SEDE SOCIAL	TOTAIS		
- Destinações estatutárias				1.178	1.666		5.891		8.735	(8.735)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS			(708)		(823)			(16)	(839)	505	(1.042)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										12.354	12.354
SALDOS 31/DEZ./22	2.032	873	4.126	10.123	2.003	1.148	38.162	228	51.664	4.124	62.819
1 - AUMENTO DE CAPITAL											134
- Integralização de quotas	134										
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações conforme AGO							4.123		4.123	(4.123)	-
- Destinações estatutárias				916	1.142		4.579		6.637	(6.637)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS											
- Realização de reservas			(226)		(1.882)			(161)	(2.043)	83	(2.186)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										9.758	9.758
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	134	-	(226)	916	(740)	-	8.702	(161)	8.717	(919)	7.706
SALDOS 31/DEZ./23	2.166	873	3.900	11.039	1.263	1.148	46.864	67	60.381	3.205	70.525

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração do Fluxo de Caixa

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ: 83.647.990/0001-81
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.580	2.963
Sobras Líquida do Exercício	9.758	12.354
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(2.904)	3.597
Serviços em Curso	899	835
Tributos Compensáveis	99	(464)
Almoxarifado Operacional	(451)	(153)
Ativos Financeiros Setoriais	3.490	(3.330)
Subsídios tarifários e redução tarifária	879	(1.103)
Despesas Pagas Antecipadamente	51	-
Outros Ativos	46	(13)
Depósitos Judiciais e Cauções	10	12
Tributos Diferidos	222	26
Fornecedores	1.588	(2.484)
Obrigações Sociais Trabalhistas	120	86
Tributos	740	(5.370)
Obrigações estimadas	-	178
Encargos Setoriais	(2.423)	(4.969)
Passivos Financeiros Setoriais	1.986	2.378
Outros Passivos	(763)	1.542
Provisões para Litígios	(766)	(159)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.310)	(5.300)
Ativo Indenizável (Concessão)	(1.535)	(1.392)
investimentos	(7)	2
Imobilizado não Vinculado a Concessão	2	-
Intangível	(4.352)	(5.235)
Obrigações Vinculadas à Concessão	726	1.528
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(143)	(203)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.449)	(2.038)
Capital Social	134	141
Fundo de Assistência Técnica educacional e Social	(2.043)	(839)
Empréstimos e Financiamentos	(1.540)	(1.340)
AUMENTO (REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADE)	3.821	(4.375)
Disponibilidade no Início do Exercício	629	5.004
Disponibilidade no Final do Exercício	4.450	629

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstração do Valor Adicionado

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ: 83.647.990/0001-81

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2023

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
RECEITAS	178.390	173.400
Fornecimento de Energia Elétrica	52.306	72.305
Uso do Sistema de Distribuição	87.759	79.178
Fornecimento não Faturado	(275)	(1.544)
Fornecimento Demais Ativos e Passivos	(520)	115
Fornecimento Diferimento ou Devolução	4.071	(6.861)
Renda da Prestação de Serviços	196	376
Doações, Contribuições e Subvenções	18.789	13.703
Outros Ingressos Operacionais	15.746	16.189
Provisões para Créditos Liquidação Duvidosa	318	(61)
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	102.481	95.042
Insumos Consumidos	80.923	74.658
Serviços Terceiros	3.992	4.132
Materiais	2.131	2.222
Custo de Construção	11.784	11.273
Outros Despesas/Despesas Operacionais	3.651	2.757
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	75.909	78.358
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.428	3.954
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	71.481	74.404
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO	1.993	2.522
Receitas Financeiras	1.993	2.522
(=) VALOR ADICIONADO À DISTRIBUIR	73.474	76.926
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	73.474	76.926
PESSOAL	9.925	8.858
Remunerações	7.255	6.485
Encargos Sociais (Exceto INSS)	1.182	953
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	1.489	1.420
GOVERNO	52.423	53.069
INSS (Sobre folha de pagamento)	1.550	1.419
Imposto de Renda e Contribuição Social	187	286
PIS/COFINS	925	995
Encargos do Consumidor	24.400	17.871
ICMS	25.361	32.498
FINANCIADORES	1.368	2.645
Outros Encargos Financeiros	1.368	2.645
COOPERADOS	9.758	12.354
Sobras Retidas	9.758	12.354
VALOR ADICIONADO (MÉDIO) POR EMPREI	617	669

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna todos do estado de Santa Catarina, atendendo a 43.973 consumidores cativos e 19 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação

societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução NBC TG 02(03) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos financeiros setoriais (CVA, neutralidades e outros). A liquidação das

transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Concessionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Concessionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Concessionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente

atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Concessionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Concessionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Concessionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos

moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBVENÇÃO CDE – DESCONTOS TARIFÁRIOS

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela a seguir (*Tab. 07 da REH nº 3.252/2022 ANEEL 22/08/2023*) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2023 a julho/2024, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta resolução.

TABELA 7 – VALOR MENSAL DA SUBVENÇÃO DA CDE PARA CUSTEAR DESCONTOS TARIFÁRIOS (Cooperaliança).

DESCRIÇÃO	AJUSTE (R\$)	PREVISÃO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
SUBSÍDIO CARGA FONTE INCENTIVADA	31.099,06	537.721,02	568.820,08
SUBSÍDIO ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	(239,81)	0,00	(239,81)
SUBSÍDIO RURAL	(7.187,68)	0,00	(7.187,68)
SUBSÍDIO IRRIGANTE/AQUICULTOR	(103,85)	426,03	322,18
SUBSÍDIO LEI 14.299/22	220.998,98	636.436,30	857.435,28
SUBSÍDIO SCEE	45.835,01	173.964,46	219.799,47
TOTAL	290.401,71	1.348.547,81	1.638.949,52

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou

exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão N° 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “16” e “26” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2023 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros no reajuste tarifário. (Tab. 14 da NT n° 83/2023-STR/ANEEL 16/08/2023).

Tabela 14: Componentes Financeiros

Componentes Financeiros	Valor (R\$)	Participação
CVA em processamento - Energia	(1.419.646)	-1,16%
CVA em processamento - Transporte	941.851	0,77%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	(1.099.361)	-0,90%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	(78.233)	-0,06%
Neutralidade de Parcela A - Energia	471.943	0,39%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	(708.448)	-0,58%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	(667.092)	-0,55%
Neutralidade de Parcela A - Receita Irrecuperável	(23.855)	-0,02%
Sobrecontratação/exposição de energia	167.484	0,14%
Ajuste CUSD	(26.900)	-0,02%
Previsão do Risco Hidrológico	5.006.781	4,11%
Reversão do Risco Hidrológico	(4.565.293)	-3,74%
Financeiro CDE Eletrobras	(602.961)	-0,49%
Total	(2.603.729)	-2,14%

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no

patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No período de 2022 houve a revisão tarifária onde a base de remuneração regulatória foi calculada no montante de 69 milhões de Reais. Este valor se aproxima do valor real do ativo imobilizado da concessionária.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, nesta conta, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também

neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, em subconta específica que será amortizada a partir do próximo ciclo de revisão tarifária de sua constituição e com as taxas de amortização de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

L) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela, vermelha e Escassez Hidrica indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- Bandeira Escassez Hidrica: foi criada para custear a geração de energia em condições adversas. Por conta do nível baixo dos reservatórios, é necessário acionar as termelétricas, as quais têm um custo mais alto, pois utilizam combustíveis [fósseis](#) no processo de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1420 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

M) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de

distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

N) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
				Valores em Milhares de R\$	
<u>Caixas e Bancos</u>				<u>170</u>	<u>301</u>
<u>Numerário em Trânsito</u>				<u>480</u>	<u>144</u>
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>					
Banco do Brasil	BB renda	diário	CDI	186	28
Banco Itaú	Aplic. Aut	diário	15% CDI	140	101
Bradesco	CDB	diário	5% CDI	11	7
Santander		diário	55% CDI	1.001	2
Caixa Economica Federal	Fundo Invest.	diário	Renda Fixa	136	46
Sicredi	Sicredi Invest. Aut	diário	CDI	56	
Unicred	RDC Tradicional	diário	102% CDI	2.272	
				<u>3.800</u>	<u>184</u>
				<u>4.450</u>	<u>629</u>

Os Valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em contrato de cobrança.

Todas as aplicações financeiras são de liquidez imediata e foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e disponibilidade do uso do sistema elétrico e estão registrados no ático circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O Valor não faturado é baseado em estimativa.

	Saldos Vincendos	Vencidos		Provisão p/ devedores Duvidosos	Total	
		até 90 dias	mais 90 dias		2023	2022
Consumidores						
Ativo Circulante						
	20.873	3.274	4.237	(4.134)	24.251	19.817
Residencial	4.490	1.373	873	(870)	5.867	4.877
Industrial	3.324	1.061	2.254	(2.289)	4.350	3.402
Comercial	2.500	646	865	(734)	3.277	2.709
Rural	693	162	110	(106)	858	1.057
Poder Público	172	1	7	(7)	173	140
Iluminação Pública	334	25	81	(81)	359	371
Serviços Públicos	171	-	-	-	171	161
Não Faturado	3.889	-	-	-	3.889	3.436
Serviços Cobráveis	18	7	44	(42)	27	61
Participação Financeira	-	-	4	(4)	-	-
Encargo de Uso da Rede Elétrica	5.282	-	-	-	5.282	3.603
Parcelamentos	428	148	657	(488)	746	868
Residencial	69	70	185	(153)	172	179
Industrial	232	68	345	(223)	421	416
Comercial	120	10	112	(101)	142	223
Rural	7	-	15	(11)	11	50
Poder Público	-	-	-	-	-	-
	21.301	3.422	4.895	(4.621)	24.996	20.685
Consumidores	-	-	-	-	-	1.406
Ativo não Circulante	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	1.406
	-	-	-	-	-	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

a) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 criou a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse residencial baixa renda.

A Lei 12.212 de 20 janeiro de 2010 e o Decreto nº7.583, de 13 de outubro de 201, regulamentam esse benefício.

7 Serviços em curso

Estão Contabilizados nesta rubrica os valores em curso referentes as despesas de manutenção de redes de distribuição de energia elétrica e valores com pesquisa e desenvolvimento, programa de eficiência energética.

	2023	2022
	Valores em milhares de reais	
Ativo Criculante		
Serviços em Curso	101	1.000
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	35	989
Programa de Eficiência Energética -PEE	34	11
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	32	
	101	1.000

8 Tributos Compensáveis

- a) **ICMS a Recuperar:** Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a lei Complementar nº 102/2000. ICMS faturas canceladas, são referente aos créditos de faturas retificadas.
- b) **Imposto de renda a Compensar:** Referem-se a créditos de valores retidos na fonte.
- c) **Imposto de renda e Contribuição Social sobre Lucro:** O Imposto de e a contribuição social sobre o Lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerando o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração.

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Tributos Compensáveis</u>		
<u>Ativo Circulante</u>		
Imposto de Renda - Saldo Negativo	145	96
Contribuição Social - Saldo Negativo	49	49
IRRF a Recuperar	36	123
CSLL a recuperar	2	24
ICMS a Compensar Ativo Imobilizado	316	265
<u>ICMS a Compensar (Faturas Retificadas)</u>	<u>187</u>	<u>333</u>
	734	890
<u>Ativo não Circulante</u>		
<u>ICMS a Compensar Ativo Imobilizado</u>	<u>442</u>	<u>385</u>
	442	385
	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Tributos</u>		
<u>Passivo Circulante</u>		
Imposto de Renda - PJ	33	237
Contribuição Social - PJ	6	87
ICMS a Pagar	1.369	295
ISS a Recolher	3	74
INSS a Recolher	430	411
FGTS a Recolher	144	128
Pis Folha a Recolher	18	17
Imposto de Renda Retido na Fonte	1	4
PIS Ato não Cooperativo a Recolher	14	16
COFINS Ato não Cooperativo a Recolher	65	73
<u>Outros</u>	<u>9</u>	<u>8</u>
	2.092	1.351

9 Almoxarifado Operacional

O Almoxarifado operacional é composto por materiais destinados à manutenção das operações de distribuição de energia.

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Almoxarifado Operacional</u>		
Acessórios de Rede - Manutenção	151	70
Padrão de Medição - Vendas	99	0
Materiais em Sucata	108	100
Adiantamentos Fornecedores	582	319
	939	489

10 Ativos Financeiros Setoriais

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Ativos Financeiros Setoriais</u>		
<u>Circulante</u>		
<u>Em Constituição</u>	2.431	1.259
CVA - Suprimento de Energia ITAIPU	973	
CVA - Rede Básica	562	
CVA - Transporte ITAIPU	161	
CVA - ESS/ERR	98	
Programa Incentivo Red. Voluntaria	4	1.259
CVA- Suprimento de Energia Nuclear	589	
Bandeiras Tarifárias	43	
<u>Em Amortização</u>	816	5.478
CVA - Suprimento de Energia		1.012
CVA - Transporte ITAIPU	245	
CVA - Proinfa		627
CVA- CDE	145	3.022
Neutralidade Energia	315	571
Neutralidade Transportes		190
Sobrecontratação de Energia	112	
Receita Irrecuperavel		5
Garantias Financeiras - CCEAR		50
	3.247	6.737

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Passivos Financeiros Setoriais		
Circulante		
Em Constituição	3.666	1.376
CVA - Suprimento de Energia	1.238	0
CVA - ESS/ERR	372	
CVA- CDE	58	
Passivo Regulatorio	1.376	1.376
CDE - Eletrobras	123	
CVA- Suprimento de Energia CCGF	499	
Em Amortização	3.229	3.533
CVA - Suprimento de Energia	946	0
CVA - Proinfa	146	0
CVA - ESS/ERR	732	
Neutralidade Encargos	445	467
Neutralidade Transportes	472	
Neutralidade Receita Irrecuperavel	16	
SobreContratação/Exposição		104
Empréstimo Bonus Voluntário		802
Saldo a Compensar CVA	52	32
Ajuste do CUSD	18	130
CDE - Eletrobras	402	1.765
Conselho de Consumidores		233
	6.896	4.910

Saldos CVA: Compensa os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes ou revisões da parcela A. A CVA reflete variação de custo unitário (uso das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica, transporte da energia de Itaipu, repasse de potência de Itaipu, compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e aquisição de energia elétrica) ou variação de custo total (CCC, CDE, ESS, Proinfa e ajustes financeiros oriundos dos processos de determinação dos custos reais).

Bandeiras tarifárias: Sistema que sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. Para tanto, as cores das Bandeiras (verde, amarela

ou vermelha) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

Programa de Incentivo de Red. Voluntária: Programa criado pelo Governo Federal, através Resolução nº2, de agosto de 2021 com o propósito de incentivar o consumidor a reduzir o consumo de energia em meio ao período de escassez hídrica vivenciado pelo país naquele ano.

Neutralidades: Cálculo executado frente à variação de mercado no período de referencia (reajuste ou Revisão) da Distribuidora. Considera as diferenças mensais entre os valores faturados de cada item que compõe a Parcela A e os respectivos valores contemplados no reajuste ou revisão do ano anterior.

Receitas irrecuperáveis: Valor considerado na tarifa para cobrir custos relacionados à inadimplência.

Sobrecontratação de energia: Representa o montante de contratos de energia que supera a demanda das distribuidoras para atender seus consumidores nas respectivas áreas de concessão.

Garantias Financeiras: Valores aportados que visam proteger os agentes contra inadimplências, garantindo a liquidez e a segurança do mercado.

Subsídios Tarifários: Consistem em políticas públicas criadas por meio de leis e decretos expedidos pelo Congresso Nacional e o Governo, não definidas pela ANEEL, a quem compete calcular os valores e incluir nos processos tarifários das distribuidoras de energia.

Risco Hidrológico: Mede a razão entre a energia produzida por usinas hidrelétricas e a soma de suas garantias físicas. Quando as usinas geram abaixo do previsto, por questões como o baixo nível de água nos reservatórios, elas precisam comprar energia no mercado para cumprir compromissos comerciais. Os custos são repassados ao consumidor através dos processos tarifários da distribuidora.

11 Despesas Pagas Antecipadamente

As Despesas pagas antecipadamente compreendem valores das despesas para cobertura contra sinistros dos veículos da Frota.

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Despesas Pagas Antecipadamente</u>		
Prêmios de Seguro	9	61
	9	61

12 Reembolso do Fundo da CDE

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Outros Ativos Circulantes</u>		
Subsídio Tarifários e Redução	1.679	1.482
Exposição Involuntária - Risco Hidrológico	420	1.496
	2.099	2.978

13 Outros Ativos Circulantes

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Outros Ativos Circulantes</u>		
Empregados	51	31
Serviços Prestados - ODS	96	96
Rendas a Receber	369	314
(-) Provisão para Créditos de Líquidos	(1.049)	(815)
Equipamentos em Poder de Terceiros	198	198
Parcelamentos	358	387
Duplicatas a Receber	62	58
Compartilhamento de Infraestrutura a Receber	543	578
Outros	126	126
Desativações e Alienações	166	165
	922	1.139

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Outros Ativos Não Circulantes</u>		
Empregados	44	40
Consórcio	502	334
	545	374

- a) Refere-se a valores de adiantamento de férias e adiantamento de salários
- b) Rendas a Receber refere-se Multas p/atraso, tarifa de correio, juros de mora, custo administrativo, atualização monetária e renda de serviço de arrecadação.
- c) Compartilhamento de infraestrutura, são pontos de fixação nos postes da Cooperaliança, realizado por terceiros, para prestação de serviços de telecomunicação, internet e outros.
- d) Estão provisionados como perdas os valores passíveis de não recebimento, referente a cheques, parcelamentos e outros valores em atraso. Tais valores são remanescentes de períodos anteriores e tem perspectiva remota de liquidação.

14 Depósitos Judiciais e Cauções

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Depósitos Judiciais e Cauções</u>		
<u>Depósitos Judiciais</u>	53	62
	53	62

15 Tributos Diferidos

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Tributos Diferidos</u>		
<u>Prejuízo Fiscal - IRPJ/CSLL</u>	94	316
	94	316

Referem-se a prejuízos fiscais ocorridos em períodos anteriores no montante de R\$ 1,01 milhões, resultando nos seguintes tributos diferidos que serão realizados em períodos subsequentes: IRPJ – R\$ 251 mil e CSLL R\$ 91 mil.

16 Ativo Indenizável (concessão)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

		<u>Ativo Indenizável</u>	
	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>3.454</u>	
	Transferência para Ativo Indenizável	1.392	
	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>4.846</u>	
	Transferência para Ativo Indenizável	1.535	
	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>6.381</u>	
		<u>Valores em milhares de R\$</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Ativo Indenizável - Concessão</u>			
	Intangíveis	784	784
	Máquinas e Equipamentos	5.544	4.009
	Terrenos	53	53
		6.381	4.846

17 Investimentos

Demonstra Investimento em Cooperativas de Créditos e em terrenos não vinculados ao serviço de concessão de distribuição de energia elétrica

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Investimentos		
Terreno - Rural	70	70
Terreno - Associação	2.000	2.000
Unicred	5	5
Sicredi	60	53
Credisulca	4	4
	2.139	2.131

18 Imobilizado não Vinculado e Concessão

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Ativo Indenizável - Concessão		
Máquinas e Equipamentos	26	26
(-) Depreciação	-8	-6
	18	20

Bens que não estão vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e não terão indenização através da tarifa.

19 Intangível

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a

contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo intangível da concessionária está composto da seguinte forma:

	Legislação Societária			
	2022	Adição / Depreciação	Baixas	2023
Imobilizado				
Outros	18	-	-	18
Edificações	3.902	-	-	3.902
Intangíveis	1.459	-	-	1.459
Licenças e softwares	-	-	-	-
Maquinas e equipamentos	111.504	9.817	(3.288)	118.033
Moveis e utensilios	728	-	-	728
Servidões	-	-	-	-
Sistemas e outros	-	-	-	-
Terrenos	2.509	-	-	2.509
Veiculos	1.807	2.529	(25)	4.311
Imobilizado Total	121.927	12.346	(3.313)	130.960
Depreciação				
Outros	-	-	-	-
Edificações	(3.348)	(105)	-	(3.453)
Licenças e softwares	(427)	(3)	-	(430)
Maquinas e equipamentos	(50.570)	(3.950)	1.800	(52.720)
Moveis e utensilios	(614)	(28)	-	(642)
Veiculos	(738)	(514)	21	(1.231)
Depreciação Total	(55.696)	(4.600)	1.821	(58.475)
Contas em Curso	4.744	-	(367)	4.377
Contas em Curso Total	4.744	-	(367)	4.377
Total	70.975	7.746	(1.859)	76.862

	Legislação Societária	
	2022	2023
Ativo Indenizável (Concessão)	4.846	6.381
Intangível	66.129	70.481
Total	70.975	76.862
Ativo imobilizado + Intangível	70.975	76.862

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

20 Fornecedores

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Encargos de Uso da Rede Elétrica	196	123
Encargos No uso da Distribuição	196	123
Suprimento de Energia Elétrica	5.249	3.729
Celesc Distribuidora S.A	5.249	3.729
Suprimento de Energia Elétrica -CBR	2.518	2.310
Copel Comercializadora S.A	2.518	2.310
Suprimento de Energia Elétrica - ITAIPU	1.855	2.117
Eletrobras	25	277
Empresa Brasileira partic. Em Energia Nuclear - ENBP	1.831	1.840
Material e Serviço	2.665	2.618
Material e Serviço	2.665	2.618
	12.484	10.896

21 Empréstimo e Financiamentos

	Valores em milhares de R\$			Garantias	Taxa de Juros	Vcto
	Contratos	2023	2022			
Empréstimos e Financiamentos						
Curto Prazo						
Banco do Brasil	342202061	750	1.000	1	3,95% a.a + CDI	30/08/2024
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	2455669011	968	1.110	2	6,25% a.m	15/12/2032
		1.718	2.110			

	Valores em milhares de R\$			Garantias	Taxa de Juros	Vcto
	Contratos	2023	2022			
Empréstimos e Financiamentos						
Longo Prazo						
Banco do Brasil	342202061	0	750	1	3,95% a.a + CDI	30/08/2024
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	2455669011	3.824	4.223	2	6,25% a.m	15/12/2032
		3.824	4.973			

Garantias

- 1 - Cessão de Direitos Creditórios
- 2 – Hipoteca

Estão alienados ao financiamento do BRDE, os seguintes bens imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

22 Obrigações Sociais Trabalhistas

As Obrigações estimas estão representadas pela provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
<u>Folha de Pagamento</u>		
Folha de Pagamento Líquida	351	302
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	218	231
Consignados a Favor de Terceiros	212	152
	781	685
<u>Provisões Trabalhistas</u>		
Férias	811	787
	811	787
	1.592	1.472

23 Encargos Setoriais

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Encargos Setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - FNDCT	47	44
Pesquisa e Desenvolvimento - MME	23	22
Pesquisa e Desenvolvimento - em Poder da Empresa	412	1.174
Programa de Eficiência Energética - em Poder da Empresa	759	204
Procel	127	109
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.963	1.619
Taxa de Fiscalização - TFSEE	0	11
Encargo de Capacidade energencial	7	7
Encargo CCEE	377	2.947
	3.714	6.137

24 Outros Passivos Circulantes

	Valores em milhares de R\$	
	2023	2022
Outros Passivos Circulantes		
Consumidores	1.098	2.617
Transferência de ICMS - AUC	898	522
COSIP	1.032	662
Outros	327	318
	3.355	4.118

25 Provisões para Litígios

	2023			2022		
	Valores em milhares de R\$			Valores em milhares de R\$		
	Valor da Provisão		Depósito Judicial	Valor da Provisão		Depósito Judicial
No Exercício	Acumulada	No Exercício		Acumulada		
Provisões para Contingência						
Longo Prazo						
Trabalhista		100	53		100	53
Cíveis		115			115	
Fiscais		1.295			1.295	
Outros	(766)	-			766	
	(766)	1.510	53		2.277	53

a) Fiscais

A Cooperativa Aliança é uma sociedade cooperativa, amparada pela Lei nº 5.764/71, e por consequente, não tributa PIS e COFINS na venda de bens aos seus associados (Ato Cooperativo). Há incidência dos referidos tributos sobre a venda de bens a não associados, à alíquota de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para o COFINS.

Com o arquivamento da ação impetrada pelas cooperativas do estado junto com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), a provisão anterior de R\$ 2.151 foi revertida para ajustes do exercício anterior. E foi realizada a provisão referente à ação fiscal de 24/10/2006. O valor da provisão está em acordo com o parecer do departamento jurídico da empresa.

b) Trabalhistas e Cíveis

Encontra-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.143 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas, classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R\$ 374 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

26 Obrigações Vinculadas à Concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a

favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

	Custo Histórico	Amortização e Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
			2023	2022
<u>Valores em milhares de R\$</u>				
Obrigações Vinculadas e Concessão				
Distribuição				
Participação Financeira do Consumidor	3.798	(606)	3.192	3.171
Programa de Eficiência Energética	54	(24)	30	32
Pesquisa e Desenvolvimento	531	(205)	326	348
Ultrapassagens de Demanda	2.492		2.492	2.197
Ultrapassagens de reativo	3.899		3.899	3.467
	10.775	(835)	9.940	9.214

27 Patrimônio Líquido

	2023	2022
<u>Valores em milhares de R\$</u>		
Patrimônio Líquido		
Capital Social	2.166	2.032
Reservas de Capital	873	873
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.900	4.126
Fundo de Reserva Legal	11.039	10.123
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	1.262	2.003
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Exp. E manutenção do Sistema Elétrico	46.864	38.162
Fundo de Exp.da Sede Social	67	228
Sobras a Disposição da AGO	3.205	4.124
	70.525	62.819

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.166, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

b) Natureza e Finalidade das Reservas

Reserva legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, e é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não Cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: Também de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social ato Cooperativo e 100% do resultado líquido de ato não cooperativo, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como seus colaboradores.

Fundo de expansão e manutenção do Sistema de Distribuição: é constituído estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, conforme Art. 46, do estatuto social, e de eventuais destinações da Assembleia Geral. Se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição

da Assembleia Geral ordinária para deliberação quanto a sua destinação. Nos últimos 18 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Sobras do exercício no quadro a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
<u>Sobras/Lucro Líquido do Exercício</u>	<u>9.842</u>	<u>12.859</u>
<u>Resultado Ato Cooperativo</u>	9.158	11.782
<u>Resultado Ato não Cooperativo</u>	684	1.077
<u>Destinações</u>		
Fundo de Reserva Legal - (10%)	916	1.178
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (5%)	458	589
Fundo de Exp. E manutenção do Sistema Elétrico (50%)	4.579	5.891
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (Ato não Cooperativo)	684	1.077
<u>Sobras a Disposição da AGO</u>	<u>3.205</u>	<u>4.124</u>

28 Ingressos/Receitas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	25.719	31.102
Industrial	7.117	13.269
Comercial, Serviços e Outras Atividades	12.619	18.642
Rural	3.223	4.377
Poder Público	870	898
Iluminação Pública	1.878	2.899
Serviço Público	879	1.119
	<u>52.306</u>	<u>72.305</u>
b) Uso do Sistema de Distribuição		
Residencial	28.837	21.397
Industrial	14.832	15.585
Comercial, Serviços e Outras Atividades	17.365	15.322
Rural	3.670	3.355
Poder Público	1.020	685
Iluminação Pública	2.115	2.104
Serviço Público	875	864
Consumidores Livres	17.718	17.769
Fornecimento - Provisão Redução Tarifa - TUSD	1.326	2.096
	<u>87.759</u>	<u>79.178</u>

c) Fornecimento Demais Ativos e Passivos Financ. Setoriais		
(+/-) Constituição	472	857
Neutralidade de Energia	472	857
(+/-) Amortização	(992)	(742)
Neutralidade Energia	(729)	(351)
Neutralidade Transportes	(662)	(310)
Neutralidade Encargos	22	201
Receita Irrecuperavel	(21)	5
Sobrecontratação/Exposição	216	(104)
Conselho de Consumidores	233	(233)
Garantias Financeiras - CCEAR	(50)	50
	(520)	115
d) Fornecimento - Diferimento ou Devolução Tarifárias		
(+/-) Constituição	3.268	(7.262)
Conta CCBRT - Bandeiras Tarifarias	3.156	(7.195)
Ajuste CUSD	112	(67)
(+/-) Amortização	802	401
Emprestimo Banus Voluntario	802	401
	4.071	(6.861)
e) Receita de Construção	11.784	11.273
f) Outras Receitas Operacionais		
Renda não Faturada	(275)	(1.544)
Serviços Cobráveis	196	376
Doações, Contribuições e Subvenções	18.789	13.703
Compartilhamento de Infraestrutura	3.627	4.005
Serviços de Operação e Manutenção	4	4
Arrecadação de Convênios	95	70
Outras receitas	236	837
	22.672	17.451
Total Receita Operacional (a+b+c+d+e+f)	178.071	173.461

29 Deduções dos Ingressos/Receitas

	2023	2022
	Valores em milhares de R\$	
Tributos Sobre a Receita		
PIS	165	177
COFINS	760	818
ICMS	25.361	32.498
	26.286	33.493
Encargos Setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	571	515
Programa de Eficiência Energética - PEE	662	515
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	21.734	16.681
Taxa de Fiscalização - TFSEE	125	128
Outros Encargos	1.308	32
	24.400	17.871
	50.685	51.365

30 Ingresso/Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2023	Valores em milhares de R\$				
Fornecimento de Energia Elétrica	52.306	(345)	(9.471)	(9.112)	33.378
Uso do Sistema de Distribuição	87.759	(580)	(15.890)	(15.288)	56.001
Fornecimento não Faturado	(275)				(275)
Fornecimento Demais Ativos e Passivos	(520)				(520)
Fornecimento Diferimento ou Devolução	4.071				4.071
Renda da Prestação de Serviços	196				196
Doações, Contribuições e Subvenções	18.789				18.789
Outros Ingressos Operacionais	15.746				15.746
	178.072	(925)	(25.361)	(24.400)	127.386
Em 2022	Valores em milhares de R\$				
Fornecimento de Energia Elétrica	72.305	(475)	(15.512)	(8.531)	47.788
Uso do Sistema de Distribuição	79.178	(521)	(16.987)	(9.341)	52.330
Fornecimento não Faturado	(1.544)				(1.544)
Fornecimento Demais Ativos e Passivos	115				115
Fornecimento Diferimento ou Devolução	(6.861)				(6.861)
Renda da Prestação de Serviços	376				376
Doações, Contribuições e Subvenções	13.703				13.703
Outros Ingressos Operacionais	16.189				16.189
	173.461	(995)	(32.498)	(17.871)	122.096

31 Custo do Serviço de Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Valores em milhares de R\$	
	2023	2022	2023	2022
Dispêndio com Energia Elétrica Adquirida				
Encargos No uso da Distribuição	-	-	41.408	34.924
Suprimento de energia Elétrica - CBR	111.264,34	125.987,99	19.013	20.238
Suprimento de energia Elétrica - CCEN	8.290,66	7.025,90	2.240	2.202
Suprimento de energia Elétrica - CCGF	43.123,74	46.610,16	7.350	5.501
Suprimento de energia Elétrica - ITAIPU	42.886,06	39.889,93	10.021	11.092
	205.564,80	219.513,98	80.033	73.956
Dispêndio Encargos de Transmissão, Conexão				
Encargo de Transmissão de Energia e Conexão			876	702
CVA - ESS/EER			892	
CVA - Rede Básica			(500)	
CVA - Transporte de Itaipu			(377)	
	0	0	890	702
	205.564,80	219.513,98	80.923	74.658

	2023	2022
	Valores em milhares de R\$	
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(11.475)	(10.277)
Material	(2.131)	(2.222)
Serviços Terceiros	(3.992)	(4.132)
Depreciação e Amortização	(4.428)	(3.954)
Dispêndios/ Despesas de Construção da Infraestrutura	(11.784)	(11.273)
Proviões	318	(61)
	(33.492)	(31.918)

Dispêndios/ despesas de construção da Infraestrutura: Corresponde aos valores aplicados na concessão, e classificados no intangível e que, conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo de Construção, e classificada como Receita de Construção. O referido retorno se dá através de suas amortizações, que integram a tarifa, durante o período da concessão e a indenização da parcela não amortizável ao final do período.

32 Outros Dispêndios/ Despesas Operacionais

	2023	2022
	Valores em milhares de R\$	
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		
Dispêndios/Despesas com Vendas	439	331
Arrendamentos e Aluguieis	40	44
Indenização Perdas E danos	399	287
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativas	799	544
Seguros	81	30
Doações, Contribuições	126	85
(-) Recuperação de Despesas	(86)	(110)
Tributos	67	62
Consumo Proprio	13	49
Despesas Com Conselho Consumiodres	25	31
Outros Dispendios	185	120
Jornais, Revistas e Livros		2
Multas por Infração Transito	3	1
Outras taxas- Entidades	224	165
Indenizações Trabalhistas		23
Confraternizações	155	87
Projetos Ambientais	7	
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	2.413	1.882
Tributos	245	
Gastos Diversos	149	298
Perdas na Destivação de Bens e Direitos	2.019	1.584
	3.651	2.757

33 Resultado Financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
Receitas Financeiras		
Multas por Atraso de Fatura	643	767
Juros Atraso de Fatura	289	400
Juros Parcelamentos	6	20
Correção de Ativos Regulatórios	296	558
Desconos Obtidos	164	188
Atualização Monetária	147	236
Rendas de Aplicação Financeira	201	124
Multas Acréscimo Moratório		5
Outras receitas Financeiras	<u>246</u>	<u>223</u>
	1.993	2.522
(-) Despesas Financeiras		
Multas Moratórias		(2)
Juros Fornecedores	(154)	(341)
Correção Passivos Regulatórios	(195)	-
Multa Indic. Continuidade	(63)	(62)
Atualização Monetária	(2)	-
Despesas Selic (PEE/P&D)	(90)	(10)
Compensação Medição de Tensão	(4)	(6)
Compensação Qualidade Atendimento	(5)	-
Juros s/ Financiamentos	(655)	(1.063)
Juros /s/ Fatura ICMS	(19)	(933)
Juros / IOF	(47)	(193)
Outras Despesas Financeiras	(132)	(35)
	<u>(1.368)</u>	<u>(2.645)</u>
Resultado Financeiro	<u>625</u>	<u>(123)</u>

34 Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre o Ato Cooperativo e Ato não Cooperativo (operações com terceiros).

	2023		Total
	Operações		
	Associaidos	Terceiros	
	Valores em milhares de R\$		
Tributação do Resultado			
1 - Receita Operacional Bruta	153.494	24.577	178.071
2 - Deduções da Receita Bruta	(42.940)	(7.745)	(50.685)
2.1 - Impostos e Contribuições Sobre a Receita	(21.860)	(4.425)	(26.286)
2.2 - Encargos Setoriais	(21.080)	(3.320)	(24.400)
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	110.553	16.832	127.386
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	(69.913)	(11.010)	(80.923)
5 - Custo da Operação	(28.936)	(4.557)	(33.492)
6 - (=) Resultado Operacional Bruto	11.705	1.266	12.971
7 - Outras Despesas Operacionais	(3.154)	(497)	(3.651)
8 - Resultado Financeiro	540	85	625
9 - Resultado Líquido Antes da Tributação (6-7+8)	9.091	854	9.945
10- tributos Incidentes sobre o resultado	-	(181)	(181)
Contribuição Social		(54)	(54)
Imposto de Renda		(127)	(127)
11 - Resultado Líquido do Exercício 2023 (9-10)	9.091	673	9.764
Resultado Líquido do Exercício 2022	11.348	1.006	12.354

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Em 2023 o resultado com terceiros (não associados) foi positivo em R\$ 673 mil tivemos R\$ 54 mil de contribuição social e R\$ 127 mil de imposto de renda.

35 Participação nos resultados

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

36 Plano de Saúde e Outros Benefícios aos Empregados

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa seguro de vida.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Alelo Cartões no valor de R\$930,00 (Novecentos e trinta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa Maxpas.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Descrição do Bem</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Veículos		
Utilitarios e Automoveis	mar/24	1.853
		1.853
Total		R\$ 1.853

ATA Nº 271 DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, ELEITO EM 28 (VINTE E OITO) DE JANEIRO DE 2023 (DOIS MIL E VINTE E TRÊS). Realizada aos 08 (oito) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte quatro), na sede da Cooperaliança, rua Ipiranga, 333, centro, Içara – SC, CEP: 88820-000, Santa Catarina, às 18:00h (dezoito horas), com a presença dos membros efetivos do Conselho Fiscal: José Fernandes, Jaqueline dos Santos e João Rodrigues e os suplentes: Jaci Alves, Eduardo Simão da Silva e Ronei Agenor da Silva. No primeiro momento o conselho se reuniu com o representante da assessoria contábil da empresa Nova Energia Contabilidade na pessoa do Sr. Gustavo Coelho, com o auditor contábil Sr. Ivan Rzatki e o gerente contábil da Cooperaliança, Sr. Daniel Zanolli Vieira, para examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, demonstração das sobras, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e vinte e três a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido o exame detalhado das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após trabalhos executados durante o ano de dois mil e vinte e três, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados pelo conselho de Administração, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária marcada para 16 (dezesesseis) de fevereiro de dois mil e vinte quatro, cujo edital de convocação está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social. Somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembleia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar o coordenador do conselho fiscal José Fernandes deu por encerrada a reunião da qual eu, Jaqueline dos Santos, secretária lavei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal”.

Içara - SC, 08 de fevereiro de 2023.



José Fernandes
Coordenador



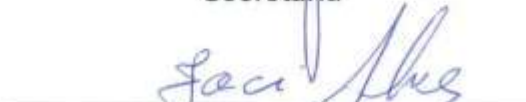
João Rodrigues
Conselheiro – Efetivo



Eduardo Simão da Silva
Conselheiro – Suplente



Jaqueline dos Santos
Secretária



Jaci Alves
Conselheiro - Suplente



Ronei Agenor da Silva
Conselheiro - Suplente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA ALIANÇA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Concessionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Concessionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 05 de fevereiro de 2024.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSÉ
HENRIQUE EYNG:50626590949
Data: 2024.02.05 14:46:12 -02'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI/ CVM Nº 638